

# HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Doutor em Direito pela UFMG. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG. Desembargador aposentado do TJMG. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual Civil e da International Association of Procedural Law e da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française. Parecerista. Advogado.

## CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

**56<sup>a</sup>**  
edição  
revista,  
atualizada  
e ampliada

- Execução Forçada
  - Cumprimento de sentença
  - Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 13.12.2022

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1989

56ª edição – 2023

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. – 56. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.  
(Curso de direito processual civil; 3)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4679-1

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título. II. Série.



22-81262

CDU: 347.9(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# Índice da Matéria

## PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

### Parte I

#### As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

##### CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º	<b>A abolição da ação de execução de sentença</b> .....	3
1.	Introdução.....	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo .....	4
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica .....	6
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno .....	7
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> .....	8
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro .....	9
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i> .....	11
8.	Observações conclusivas .....	13

##### CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º	<b>Disposições gerais</b> .....	16
9.	Introdução.....	16
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	17
11.	Cumprimento de sentença e contraditório .....	19
12.	Necessidade de requerimento do exequente .....	19
13.	Intimação do devedor.....	20
	I – Regra geral.....	20
	II – Exceções abertas pela própria lei .....	22
	III – Intimação presumida .....	22
	IV – Inatividade processual longa .....	22
	V – Prazo da intimação .....	23
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários .....	23
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	23
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva .....	24
17.	Tutela interdital como padrão .....	27
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor .....	28
19.	Sucumbência.....	29
	I – Regime do atual Código.....	29

	II – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença.....	29
	III – Base de cálculo da verba advocatícia .....	29
	IV – Despesas e custas do cumprimento de sentença.....	30
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	30
	I – Noção de condição e termo .....	30
	II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais.....	30
	III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....	31
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	32
21-A.	Cumprimento de sentença no caso de substituição processual.....	32
§ 3º	<b>Os títulos executivos judiciais</b> .....	34
22.	Enumeração legal.....	34
23.	Medidas preparatórias especiais.....	35
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão inter- locutória estrangeiras .....	36
25.	Encerramento do cumprimento da sentença.....	37
26.	Sentença condenatória civil.....	37
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	39
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória .....	39
29.	Ação declaratória e prescrição.....	40
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	41
	I – Autocomposição judicial.....	41
	II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	42
	III – Procedimento executivo.....	43
	IV – Autocomposição extrajudicial.....	43
31.	O formal e a certidão de partilha .....	43
32.	Crédito de auxiliar da justiça.....	44
33.	Sentença penal condenatória.....	45
	I – Força civil da sentença penal .....	45
	II – Requisitos da execução civil da sentença penal.....	45
	III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	46
	IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	46
	V – Penhorabilidade do bem de família .....	47
34.	Sentença arbitral.....	47
35.	Decisão estrangeira.....	48
	I – Sentença estrangeira .....	48
	II – Decisão interlocutória estrangeira.....	49
	III – Sentença oriunda de país-membro do Mercosul .....	49
§ 4º	<b>Particularidades de alguns títulos executivos judiciais</b> .....	51
36.	Condenações a prestações alternativas .....	51
37.	Julgamento fracionado da lide .....	51
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória.....	52
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado .....	52
	I – A sentença como título protestável .....	52
	II – Procedimento do protesto .....	53
	III – Pagamento no cartório de protesto.....	53
	IV – Cancelamento do protesto .....	54

	V – Superveniência de ação rescisória .....	54
	VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes .....	54
§ 5º	<b>Competência</b> .....	55
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença .....	55
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença .....	55
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença .....	56
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral .....	57
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal .....	58
45.	Competência internacional .....	58
§ 6º	<b>Defesa do devedor</b> .....	60
46.	Impugnação do executado .....	60
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação .....	60
48.	Ausência de preclusão .....	61
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação .....	61
50.	Natureza jurídica da impugnação .....	62
51.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença .....	62
	I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia .....	63
	II – Ilegitimidade de parte .....	64
	III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .....	64
	IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	72
	V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	72
	VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....	74
	VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença .....	74
52.	O cumprimento da sentença e a prescrição .....	75
	52.1. Um caso particular de prescrição .....	78
53.	Impedimento ou suspeição do juiz .....	79
54.	Executados com diferentes procuradores .....	80
55.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa .....	80
56.	Efeito da impugnação .....	80
57.	O problema da iliquidez da sentença .....	81
58.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado .....	82
59.	Procedimento da impugnação .....	82
60.	Instrução probatória .....	83
61.	Julgamento da impugnação .....	83
62.	Coisa julgada .....	83

### CAPÍTULO III

#### CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

§ 7º	<b>Noções introdutórias</b> .....	85
63.	Noção de obrigação por quantia certa .....	85
64.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia .....	85

65.	Requerimento do credor .....	86
	I – Iniciativa do credor .....	86
	II – Iniciativa do devedor.....	86
66.	Intimação do devedor .....	87
	I – Regra geral.....	87
	II – Exceções.....	87
	III – Intimação presumida.....	88
	IV – Inatividade processual longa .....	88
	V – Prazo da intimação.....	88
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados .....	88
<b>§ 8º</b>	<b>Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....</b>	<b>90</b>
68.	Cabimento.....	90
69.	Multa legal e honorários de advogado .....	90
	I – Multa legal.....	90
	II – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões .....	91
	III – Multa e honorários de advogado na execução provisória.....	91
	IV – Quando cabe a verba honorária e como arbitrá-la.....	92
	V – Depósito do <i>quantum</i> devido, antes de recorrer da sentença exequenda.....	92
	VI – Execução sem multa .....	92
	VII – Requerimento do credor.....	93
	VIII – Intimação do executado .....	93
70.	Contagem do prazo para pagamento .....	93
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo .....	94
71.	Penhora e avaliação.....	95
72.	O procedimento executivo.....	95
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	95
	I – Dados necessários do requerimento.....	95
	II – Nomeação dos bens a penhorar.....	96
	III – Definição do <i>quantum</i> exequendo.....	96
	IV – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos .....	96
	V – Impugnação do devedor ao cumprimento da sentença .....	97
74.	Defesa do executado .....	97
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	97
76.	Parcelamento da dívida .....	97
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	97
<b>§ 9º</b>	<b>Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....</b>	<b>99</b>
78.	Noções introdutórias .....	99
79.	Fundamentos da execução provisória .....	99
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	100
81.	Situação do tema no Código atual.....	100
82.	Normas básicas da execução provisória.....	102
83.	Casos de dispensa de caução .....	105
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	106
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar .....	107

86.	Incidentes da execução provisória.....	107
87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	107
88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	108

CAPÍTULO IV  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO  
DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

<b>§ 10.</b>	<b>Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....</b>	<b>110</b>
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença.....	110
90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	110
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	111
	I – Competência.....	111
	II – Averbação em folha de pagamento.....	112
	III – Protesto da decisão judicial.....	112
	IV – Prisão civil do executado.....	113
	V – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos....	114
	VI – Crime de abandono material.....	115
	VII – Pensionamento decorrente de ato ilícito.....	115
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito.....	115
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	117
94.	Pensionamento em salários mínimos.....	118
<b>§ 11.</b>	<b>Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública.....</b>	<b>120</b>
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública.....	120
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	120
	I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação.....	120
	II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública.....	121
	III – Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas.....	121
	IV – Ações estruturais na ótica do STJ.....	123
97.	Procedimento.....	123
	I – Requerimento do exequente.....	123
	II – Execução contra a Fazenda Pública no Juizado Especial.....	124
	III – Intimação da Fazenda executada.....	124
	IV – Expedição do precatório.....	124
	V – Créditos de alimentos.....	125
	VI – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 20 – incluído pela EC nº 94/2016)....	126
	VII – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 – incluído pela EC nº 94/2016).....	126
	VIII – A importância da ordenação cronológica dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública.....	126
	IX – Utilização de créditos, do interessado ou de terceiros, para quitação de débitos junto à União, Autarquias e Fundações Federais.....	127
98.	Defesa da Fazenda.....	129
	I – Temas discutíveis.....	129
	II – Alguns destaques.....	129
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	130

IV – Duplo grau obrigatório.....	130
V – Atribuições do Presidente do Tribunal na execução da Fazenda Pública.....	131
VI – Impugnações e revisões de cálculo perante o Tribunal e perante o juízo da execução.....	131
99. Execução provisória.....	132
99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	133
99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”.....	135
99.3. Requisição de pequeno valor em caso de crédito alimentar “superpreferencial”.....	135
99.4. Limites do poder normativo dos estados-membros na disciplina dos precatórios de pequeno valor.....	136
99.5. Pagamento do precatório em parcelas ou por acordo direto.....	136
99.6. Opção do credor pelo regime das pequenas causas (RPV).....	137
100. Sequestro de verbas públicas.....	138
100.1. Procedimento do sequestro.....	139
101. Exceções ao regime dos precatórios.....	139
101-A. Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais.....	140
102. Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	141
103. Credores litisconsorciados.....	142
104. Possibilidade de fracionamento do precatório.....	143
105. Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	144
106. Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	145
107. O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	146
108. Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	148
108-A. Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	149
108-B. Acordos diretos para pagamento de precatórios no âmbito da União.....	149

## CAPÍTULO V

### CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

<b>§ 12. Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....</b>	<b>151</b>
109. Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	151
110. Execução específica e execução substitutiva.....	152
I – Técnica processual na legislação atual (tutela específica e tutela subsidiária).....	152
II – Fungibilidade de certas obrigações de fazer e não fazer: equivalente econômico... ..	153
111. Correta prestação da tutela substitutiva.....	153
112. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	154
112-A. Conversão em perdas e danos.....	155
113. A multa ( <i>astreinte</i> ).....	156
I – Quando cabe a multa por atraso no cumprimento da sentença.....	156
II – Arbitramento da multa.....	156
III – Reexame da multa aplicada.....	157
IV – Casos de modificação ou exclusão da multa.....	158
V – A multa e as obrigações personalíssimas.....	158
VI – Multa e preclusão da decisão que a impôs.....	159
VII – Execução da multa no regime do Código de 1973.....	160
VIII – Execução da multa no regime do atual Código.....	161

IX – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa.....	161
X – Termo inicial e final de incidência da multa.....	162
XI – As <i>astreintes</i> e a tutela provisória.....	164
XII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios.....	164
114. Defesa do executado.....	165
<b>§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer.....</b>	<b>167</b>
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	167
116. Procedimento do cumprimento de sentença.....	167
117. Impugnação do executado.....	168
118. Execução das obrigações de não fazer.....	169
119. Medidas de apoio.....	170
<b>§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade.....</b>	<b>173</b>
120. Execução das prestações de declaração de vontade.....	173
120-A. Requisitos para exigir em juízo o cumprimento da promessa de contratar.....	174
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	175
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	176
123. Natureza jurídica da sentença.....	177
<b>§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....</b>	<b>179</b>
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....	179
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	179
I – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	180
II – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	181
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico.....	181
127. Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	182
128. Procedimento.....	183
129. Defesa do executado.....	184
130. Obrigação genérica.....	184
131. Retenção por benfeitorias.....	184
132. Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	185
133. Encerramento do processo.....	185

## Parte II

### Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

#### CAPÍTULO VI PROCESSO DE EXECUÇÃO

<b>§ 16. Princípios gerais da execução forçada.....</b>	<b>189</b>
134. Disposições gerais.....	189
135. Vias de execução.....	190
136. O processo judicial.....	190
137. Processo de conhecimento e processo de execução.....	191
138. Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	192

139.	Visão unitária da jurisdição.....	193
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada.....	193
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	194
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	194
143.	Meios de execução.....	195
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015.....	196
144.	Autonomia do processo de execução.....	197
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução.....	198
146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial.....	199
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução.....	200
<b>§ 17.</b>	<b>Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....</b>	<b>201</b>
148.	Princípios informativos do processo de execução.....	201
149.	Princípio da realidade: toda execução é real.....	201
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.....	201
151.	Princípio da utilidade da execução.....	202
152.	Princípio da economia da execução.....	202
153.	Princípio da especificidade da execução.....	202
154.	Princípio dos ônus da execução.....	203
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	203
156.	Princípio da disponibilidade da execução.....	204
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo.....	205
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	206
<b>§ 18.</b>	<b>Formas de execução e atos de execução.....</b>	<b>207</b>
159.	As várias formas de execução.....	207
160.	Execução singular e execução coletiva.....	207
161.	Atos de execução.....	207
162.	Relação processual executiva.....	209
163.	A citação executiva.....	210
<b>§ 19.</b>	<b>Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial....</b>	<b>211</b>
164.	Procedimento da execução forçada.....	211
165.	Observações sobre a petição inicial.....	211
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	212
<b>§ 20.</b>	<b>Disposições gerais.....</b>	<b>214</b>
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução... ..	214
168.	Poderes do juiz no processo de execução.....	214
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	216
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	218
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	218

## CAPÍTULO VII

### REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

<b>§ 21.</b>	<b>Pressupostos e condições da execução forçada.....</b>	<b>220</b>
172.	Pressupostos processuais e condições da ação.....	220
173.	O título executivo.....	220
174.	Função do título executivo.....	221

175.	Efeito prático do título executivo.....	222
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	223
177.	Formas dos títulos executivos .....	225
178.	A exigibilidade da obrigação .....	225
179.	O inadimplemento em contrato bilateral .....	226

CAPÍTULO VIII  
A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS

§ 22.	<b>Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução</b> .....	228
180.	Elementos do processo executivo .....	228
	I – subjetivos.....	228
	II – objetivos.....	229

CAPÍTULO IX  
ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)

§ 23.	<b>Partes. Legitimação ativa</b> .....	230
181.	Nomenclatura.....	230
182.	Legitimação ativa .....	230
183.	Legitimação ativa originária do credor.....	230
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público .....	231
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	231
186.	Espólio.....	232
187.	Herdeiros e sucessores.....	233
188.	Cessionário .....	233
189.	Sub-rogado.....	234
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	235
191.	Terceiros interessados.....	235
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	235
§ 24.	<b>Legitimação passiva</b> .....	237
193.	Legitimação passiva .....	237
194.	Dívida e responsabilidade.....	237
195.	O devedor.....	238
196.	Espólio e sucessores .....	239
	I – Espólio .....	239
	II – Herdeiros .....	239
	III – Representação do espólio.....	239
	IV – Sucessores <i>causa mortis e inter vivos</i> .....	240
	V – Sucessão entre empresas .....	240
	VI – Desconsideração da personalidade jurídica .....	240
197.	O novo devedor.....	241
198.	Fiador judicial.....	242
199.	Fiador extrajudicial.....	242
200.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito .....	243
201.	Responsável tributário.....	244
202.	Revelia do devedor e curador especial .....	246

<b>§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução</b> .....	248
203. Litisconsórcio .....	248
204. Assistência.....	248
205. Denúnciação da lide .....	249
206. Chamamento ao processo.....	250
<b>§ 26. Processo cumulativo</b> .....	252
207. Cumulação de execuções .....	252
208. Cumulação sucessiva de execuções .....	253
209. Cúmulo subjetivo .....	254

## CAPÍTULO X ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

<b>§ 27. O órgão judicial</b> .....	255
210. Juízo competente para a execução .....	255
211. Execução de sentença .....	255
212. Competência para execução de títulos extrajudiciais .....	255
213. Competência para a execução fiscal.....	256
214. Título executivo extrajudicial estrangeiro .....	257
215. Competência para deliberação sobre os atos executivos .....	257

## CAPÍTULO XI ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

<b>§ 28. Objeto da atividade executiva</b> .....	259
216. Bens exequíveis.....	259
217. Resquícios da execução pessoal .....	259
<b>§ 29. Responsabilidade patrimonial</b> .....	260
218. Obrigação e responsabilidade .....	260
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor .....	261
I – Bens presentes e futuros .....	261
II – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial .....	261
III – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada .....	262
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução .....	262
221. Responsabilidade executiva secundária .....	262
222. Excussão de bens do sucessor singular .....	263
I – Alienação do bem litigioso .....	263
II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso .....	263
III – Boa-fé do adquirente .....	264
IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	264
V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente .....	265
VI – Defesa do terceiro adquirente.....	265
223. Excussão de bens do sócio .....	265
224. Desconsideração da personalidade jurídica .....	266
I – Desconsideração direta .....	266
II – Desconsideração invertida .....	267
225. Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica .....	267
226. Bens do devedor em poder de terceiros.....	268
227. Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação .....	269

227-A. União estável em regime de separação total de bens .....	269
228. Bens alienados em fraude à execução .....	270
229. Casos de fraude à execução .....	272
I – Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória.....	272
II – Bens vinculados a processo de execução .....	273
III – Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial .....	274
IV – Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência do processo.....	274
V – Alienações sucessivas e fraude à execução .....	275
VI – Demais casos expressos em lei .....	275
230. Fraude à execução e insolvência do devedor.....	276
I – Particularidades da fraude prevista no inciso IV do art. 792 do CPC/2015 .....	276
II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973 .....	276
III – Regime do CPC de 2015.....	276
IV – Momento de configuração da fraude à execução .....	277
V – Negócios jurídicos enquadráveis na fraude à execução .....	278
VI – Defesa do terceiro adquirente .....	278
231. A fraude por meio de negócio financeiro.....	278
232. A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude à execução ....	279
233. A posição do terceiro adquirente em face da execução .....	280
234. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica .....	281
235. Bens sujeitos ao direito de retenção.....	283
236. Excussão de bens do fiador.....	283
237. Bens de espólio .....	284
238. Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície .....	284
238-A. Execução que envolva o direito real de laje .....	284
239. A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução .....	285

## CAPÍTULO XII

### ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

<b>§ 30. Execução de títulos extrajudiciais .....</b>	<b>288</b>
240. Execução de sentença e ação executiva.....	288
241. Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	288
<b>§ 31. Títulos executivos extrajudiciais .....</b>	<b>290</b>
242. Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação.....	290
243. Títulos cambiários e cambiariformes .....	291
244. Duplicatas .....	292
245. Responsáveis cambiários.....	292
I – Tipicidade das coobrigações cambiárias .....	292
II – Transferência de títulos cambiários nas operações de “factoring” .....	293
III – Contrato de mútuo feneratício ajustado por empresa de “factoring” .....	294
245.1. Fundos de investimento em direitos creditórios.....	295
246. Documento público ou particular .....	295
246-A. Decisão do Tribunal de Contas .....	296
247. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	296
248. Contrato com convenção arbitral .....	297
249. Confissões de dívida.....	297

250.	Contrato de abertura de crédito.....	298
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	299
252.	Execução hipotecária.....	301
	I – Alienação do imóvel hipotecado.....	301
	II – Abandono do imóvel.....	301
	III – Remição pelo adquirente.....	302
	IV – Remição pelo executado.....	302
	V – Adjudicação pelo credor.....	303
	VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	303
252-A.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).....	303
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	304
254.	A hipoteca e a prescrição.....	305
255.	Classificação das garantias.....	306
	I – Cauções reais.....	306
	II – Cauções fidejussórias.....	306
	255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória.....	307
256.	Seguros.....	307
257.	Rendas imobiliárias.....	308
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	308
259.	Encargo de condomínio.....	309
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública.....	309
260-A.	Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal.....	312
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	312
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	313
263.	Títulos executivos definidos em outras leis.....	313
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	314
265.	Títulos estrangeiros.....	315

CAPÍTULO XIII  
DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 32.	<b>Regras pertinentes às diversas espécies de execução.....</b>	<b>316</b>
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	316
267.	Direito de preferência gerado pela penhora.....	316
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	319
269.	A petição inicial.....	319
270.	A documentação da petição inicial.....	319
	I – Título executivo extrajudicial.....	319
	II – Prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.....	319
	III – Demonstrativo do débito atualizado.....	320
	IV – Prova de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde.....	320
271.	Outras providências a cargo do credor.....	320
272.	Obrigações alternativas.....	320
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação.....	321

274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada.....	321
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	321
275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje .....	322
275-B.	Penhora de cota de bem indivisível .....	323
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada .....	323
277.	Medidas cautelatórias .....	323
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	324
279.	Efeito da averbação .....	324
280.	Abuso do direito de averbação .....	325
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	325
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes .....	326
282.	Execução e prescrição.....	326
	I – Interrupção da prescrição .....	326
	II – Prescrição intercorrente.....	327
283.	Nulidades no processo de execução .....	327
284.	Imperfeição do título executivo .....	328
285.	Falta de título executivo .....	328
286.	Nulidade da execução fiscal.....	328
287.	Vício da citação .....	329
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	330
289.	A arguição das nulidades .....	330
290.	A arrematação de bem gravado com direito real.....	331
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	332
292.	Execução realizável por vários meios.....	332
	I – Execução pelo meio menos gravoso .....	332
	II – Casos de agravamento da onerosidade da execução.....	333
293.	Peculiaridades da citação executiva.....	334

CAPÍTULO XIV  
EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33.	<b>Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa .....</b>	<b>335</b>
294.	Conceito .....	335
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa.....	335
296.	Procedimento .....	336
297.	Cominação de multa diária .....	338
298.	Regime dos embargos do executado .....	339
299.	Alienação da coisa devida.....	339
300.	Execução da obrigação substitutiva.....	339
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	340
302.	Embargos de retenção .....	341
303.	Execução para entrega de coisa incerta.....	341
304.	Medidas de coerção e apoio.....	342

CAPÍTULO XV  
EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34.	<b>Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer.....</b>	<b>345</b>
305.	O problema da execução das prestações de fato .....	345

306.	Fungibilidade das prestações.....	346
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação.....	346
	I – Revisão da multa .....	347
	II – Impossibilidade de realização da prestação .....	347
	III – Procedimento para exigência da multa periódica .....	347
308.	Distinções preliminares.....	348
309.	Princípios comuns .....	348
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer .....	349
311.	Execução das prestações fungíveis.....	349
312.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	350
313.	Inadimplência do terceiro contratante .....	351
314.	Realização da prestação pelo próprio credor .....	351
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	352
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil .....	352
317.	Execução das prestações infungíveis.....	353
318.	Execução das obrigações de não fazer.....	354

#### CAPÍTULO XVI EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35.	<b>Noções gerais</b> .....	358
319.	O objetivo da execução por quantia certa .....	358
319-A.	Prestações vincendas .....	359
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados....	359
321.	Espécies .....	360

#### CAPÍTULO XVII EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36.	<b>Fase de proposição</b> .....	361
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	361
323.	Proposição.....	361
324.	Procedimento da penhora e avaliação .....	363
	I – Realização da penhora.....	363
	II – Falta de nomeação de bens à penhora .....	363
	III – Intimação da penhora.....	363
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado .....	364
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	364
327.	Redução da verba honorária.....	365
328.	Majoração da verba honorária .....	365

#### CAPÍTULO XVIII FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37.	<b>Penhora</b> .....	366
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa .....	366
330.	Natureza jurídica da penhora.....	367
331.	Função da penhora .....	368
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros .....	369

333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público .....	371
334.	Averbação da penhora no registro competente .....	373
335.	Lugar de realização da penhora .....	374
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução...	374
<b>§ 38.</b>	<b>Objeto da penhora</b> .....	<b>376</b>
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	376
338.	Bens impenhoráveis.....	377
	I – Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal .....	380
	II – Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração .....	380
339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade .....	384
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	385
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família .....	385
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade .....	388
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	389
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar? .....	389
343.	Bens relativamente impenhoráveis .....	390
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais .....	391
345.	Limites da penhora .....	393
346.	Valor dos bens penhoráveis .....	393
347.	Escolha dos bens a penhorar .....	394
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar .....	394
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes .....	395
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado .....	396
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....	397
352.	Situação dos bens a penhorar .....	397
353.	Bens fora da comarca.....	398
<b>§ 39.</b>	<b>Realização e formalização da penhora</b> .....	<b>399</b>
354.	Penhora pelo oficial de justiça.....	399
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro.....	399
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar .....	400
357.	Frustração da diligência .....	400
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	400
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	401
360.	Intimação de penhora .....	402
<b>§ 40.</b>	<b>Penhoras especiais</b> .....	<b>403</b>
361.	Particularidades da penhora de certos bens.....	403
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	403
	I – Penhora <i>on-line</i> .....	403
	II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado .....	404
	III – Bacen Jud /Sisbajud.....	405
	IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva .....	405
	V – Cumprimento parcial do bloqueio.....	405
	VI – Intimação e defesa do executado .....	406
	VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta.....	406

VIII – Decisão do juiz .....	407
IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....	407
X – Pagamento da dívida .....	408
XI – Responsabilidade das instituições financeiras.....	408
XII – Penhora <i>on-line</i> de conta de partido político.....	408
363. Impenhorabilidade do saldo bancário .....	409
364. Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais.....	410
365. Penhora sobre créditos do executado.....	411
366. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado .....	412
367. Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente .....	412
368. Penhora no rosto dos autos .....	412
369. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas .....	413
370. Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada .....	414
371. Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas .....	414
I – Procedimento.....	414
II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora .....	414
III – Liquidação das quotas ou ações .....	414
IV – Prazo para cumprimento das diligências.....	415
V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....	415
VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto .....	415
372. Penhora de direitos e ações .....	415
373. Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	416
374. Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária .....	416
375. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	417
376. Penhora de navio ou aeronave .....	418
377. Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa .....	418
378. Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	418
379. Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	420
380. Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	420
381. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	422
I – Conceito .....	422
II – Procedimento .....	423
III – Nomeação do administrador-depositário.....	423
IV – O administrador-depositário.....	423
V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel .....	423
VI – Pagamento da dívida.....	424
382. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	424
383. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor.....	424
384. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções.....	425
384.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora.....	426
384.2. Requisitos da reunião de execuções.....	427
<b>§ 41. Alterações e resgate da penhora .....</b>	<b>429</b>
385. Modificações da penhora.....	429
386. Substituição da penhora.....	430
387. Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....	430
388. Substituição por iniciativa do executado .....	431

389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	432
390.	Menor onerosidade para o executado .....	432
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	433
391-A.	Momento da substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial....	434
392.	Remição da execução por quantia certa .....	434
<b>§ 42.</b>	<b>Depósito e administração dos bens penhorados.....</b>	<b>436</b>
393.	Depósito dos bens penhorados .....	436
394.	Escolha do depositário .....	436
395.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos .....	436
396.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	437
397.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos .....	437
398.	Função do depositário.....	437
399.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	438
400.	Depositário comum e depositário administrador .....	439
401.	Responsabilidade do depositário .....	439
402.	Entrega de bens após a expropriação executiva .....	440
403.	Prisão civil do depositário judicial .....	440

CAPÍTULO XIX  
FASE DE INSTRUÇÃO (II)

<b>§ 43.</b>	<b>Expropriação .....</b>	<b>442</b>
404.	Conceito .....	442
405.	Modalidades de expropriação .....	442
	I – Variações do ato expropriatório .....	442
	II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios .....	443
	III – Remição dos bens penhorados .....	443
406.	Avaliação .....	443
407.	O encarregado da avaliação .....	444
408.	Laudo de avaliação.....	444
409.	Dispensa da avaliação.....	445
410.	Avaliação de bem imóvel .....	446
411.	Avaliação e contraditório .....	446
412.	Repetição da avaliação .....	446
	I – Cabimento.....	446
	II – Realização especial de nova avaliação.....	447
	III – Regras a observar na segunda avaliação.....	447
	IV – Impugnação à avaliação .....	448
413.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva .....	448
<b>§ 44.</b>	<b>Adjudicação .....</b>	<b>450</b>
414.	Introdução.....	450
415.	Conceito de adjudicação .....	450
416.	Requisitos da adjudicação.....	451
417.	Intimação do executado .....	451
418.	Depósito do preço.....	452
419.	Legitimação para adjudicar .....	452
420.	Adjudicação por credor.....	453

421.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....	454
422.	Prazo para a adjudicação.....	455
423.	Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	455
424.	Auto de adjudicação .....	457
425.	Aperfeiçoamento da adjudicação.....	457
426.	Carta de adjudicação .....	457
427.	Remição do imóvel hipotecado.....	458
<b>§ 45.</b>	<b>Alienação por iniciativa particular .....</b>	<b>460</b>
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	460
	I – Cabimento da alienação por iniciativa particular.....	460
	II – Procedimento .....	460
	III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular.....	461
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular .....	461
	I – Valor a observar na alienação.....	461
	II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente ....	462
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular .....	463
431.	Carta de alienação.....	463
	I – Alienação de bem imóvel .....	463
	II – Alienação de bem móvel.....	464
<b>§ 46.</b>	<b>Alienação em leilão judicial .....</b>	<b>465</b>
432.	Conceito de leilão judicial e arrematação.....	465
433.	Espécies de hasta pública .....	465
434.	Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa .....	466
435.	Edital do leilão .....	466
436.	Leiloeiro público .....	467
	I – Deveres do leiloeiro .....	467
	II – Remuneração do leiloeiro.....	467
436-A.	Leilão eletrônico (particularidades).....	468
437.	Publicidade do edital.....	469
438.	Intimação da alienação judicial ao devedor .....	470
439.	Outras intimações da alienação judicial .....	470
	I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar .....	470
	II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar.....	471
440.	Adiamento do leilão .....	472
441.	O leilão judicial .....	473
442.	Aquisição do bem leiloado a prazo.....	473
	I – Oportunidade para pleitear a aquisição a prazo .....	473
	II – A proposta .....	474
	III – Mora ou inadimplemento do adquirente.....	474
	IV – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento .....	474
	V – O cumprimento das prestações .....	475
443.	Legitimação para arrematar.....	475
444.	Forma de pagamento e formalização da arrematação .....	476
445.	Auto de arrematação.....	477
446.	Arrematação de imóveis.....	478

447.	Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações .....	479
448.	Remédios contra os vícios da arrematação .....	479
449.	Desistência da arrematação .....	480
450.	Invalidade e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	481
451.	Natureza da perda de efeitos da arrematação .....	482
452.	Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado.....	484
453.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros .....	484
454.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	485
455.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	485
456.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	485
457.	Carta de arrematação .....	486
458.	Arrematação e remição da execução .....	488
459.	Efeitos da arrematação .....	489
460.	Evicção e arrematação .....	490
461.	Vícios redibitórios.....	491
462.	Ação anulatória da arrematação .....	492
	462.1. Prazo para propositura da anulatória .....	492
463.	Remição dos bens arrematados .....	493
§ 47.	<b>Apropriação de frutos e rendimentos</b> .....	495
464.	Modalidade especial de expropriação .....	495
465.	Iniciativa.....	495
466.	Pressuposto .....	495
467.	Procedimento .....	496
468.	Pagamento ao exequente.....	496

CAPÍTULO XX  
FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48.	<b>Pagamento ao credor de quantia certa</b> .....	497
469.	Satisfação do direito do exequente.....	497
470.	Última etapa do processo de execução.....	498
§ 49.	<b>Pagamento por entrega do dinheiro</b> .....	499
471.	Entrega do dinheiro .....	499
	471.1. Levantamento a maior .....	499
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução .....	500
	472.1. Concurso de preferência e crédito da Fazenda Pública.....	501
472-A.	Das preferências de direito substancial .....	502
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado .....	503
474.	Procedimento do concurso particular .....	504

CAPÍTULO XXI  
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50.	<b>Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do Poder Público</b> .....	506
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa ...	506
	I – Título judicial (cumprimento de sentença) .....	507
	II – Título extrajudicial .....	507
476.	Defesa da Fazenda Pública.....	508

I – Conteúdo dos embargos à execução.....	508
II – Cumulação de execuções.....	508
III – Arguição de incompetência.....	508
IV – Arguição de suspeição ou impedimento.....	509
V – Excesso de execução.....	509
477. Julgamento.....	509
I – Execução embargada.....	509
II – Execução não embargada.....	509
III – Honorários advocatícios.....	510
IV – Erro e excessos nos cálculos homologados.....	510
V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes.....	510
477-A. Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor.....	511

## CAPÍTULO XXII EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51. Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos.....	513
478. Introdução.....	513
479. Execução autônoma da prestação alimentícia.....	513
479-A. Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes.....	514
480. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015.....	514
481. Averbação em folha de pagamento.....	514
482. Prisão civil do devedor.....	515
483. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos ...	516

## Parte III Oposição à Execução Forçada

### CAPÍTULO XXIII RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS

§ 52. Embargos à execução.....	519
484. Resistência à execução.....	519
485. Outros meios impugnativos.....	520
486. Embargos e impugnação.....	521
487. Natureza jurídica dos embargos à execução.....	523
488. Classificação dos embargos do devedor.....	524
489. Legitimação.....	525
490. Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	525
491. Competência.....	527
492. Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	528
493. Segurança do juízo.....	529
494. Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	530
I – Regra básica da contagem do prazo dos embargos à execução.....	530
II – Citação por carta precatória.....	530
III – Unicidade do prazo de embargos e impugnação a atos executivos posteriores aos embargos.....	530
IV – Tentativa de conciliação e prazo para embargar a execução.....	531
495. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar.....	531
496. Rejeição liminar dos embargos.....	532

I – Casos de rejeição liminar dos embargos .....	532
II – Embargos intempestivos .....	532
III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento .....	532
IV – Vícios sanáveis .....	533
V – Natureza do indeferimento .....	533
VI – Embargos manifestamente protelatórios .....	533
497. Procedimento .....	534
498. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios .....	535
499. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé .....	537
500. Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	537
501. Efeitos dos embargos sobre a execução .....	539
502. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	539
503. Embargos parciais .....	540
504. Embargos de um dos coexecutados .....	541
505. Embargos fundados em excesso de execução .....	541
506. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento .....	542
507. Embargos de retenção por benfeitorias .....	542
508. Matéria arguível nos embargos à execução .....	542
509. Arguição de nulidade da execução .....	543
510. Vícios da penhora e da avaliação .....	544
511. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	545
512. Retenção por benfeitorias .....	546
513. Defesas próprias do processo de conhecimento .....	547
514. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente .....	547
515. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução .....	548
516. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação .....	549
517. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....	550
518. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....	550
519. A posição especial do arrematante .....	551
520. Exceção de pré-executividade .....	552
521. Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	553
<b>§ 53. Parcelamento judicial do crédito exequendo .....</b>	<b>555</b>
522. Moratória legal .....	555
523. Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	555
524. Procedimento do incidente .....	556
525. Indeferimento do parcelamento .....	557
526. Descumprimento do parcelamento .....	558
<b>§ 54. Embargos de terceiro .....</b>	<b>560</b>
527. Visão geral .....	560
528. Natureza da ação .....	560
529. Legitimação ativa .....	561
530. <i>Provocatio ad agendum</i> .....	562
531. Legitimação passiva .....	562
532. Valor da causa .....	562
533. Competência .....	563
534. Oportunidade .....	563
535. Julgamento e recurso .....	563

536.	Procedimento .....	563
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	564
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos .....	564
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	564
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	565

**Parte IV**  
**Insolvência Civil**

CAPÍTULO XXIV

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

<b>§ 55.</b>	<b>Execução concursal</b> .....	569
541.	Introdução .....	569
542.	Execução coletiva e execução singular.....	569
543.	Pressupostos da execução coletiva.....	571
544.	Efeitos da declaração de insolvência.....	572
545.	Características da execução coletiva.....	573
546.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....	574
<b>§ 56.</b>	<b>Primeira fase do processo de insolvência</b> .....	576
547.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	576
548.	Caracterização da insolvência .....	577
<b>§ 57.</b>	<b>Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo</b> .....	579
549.	Legitimação.....	579
550.	Insolvência requerida pelo credor .....	580
551.	Caráter facultativo da ação concursal .....	580
552.	Insolvência de cônjuges.....	581
553.	Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	581
<b>§ 58.</b>	<b>Procedimentos da execução coletiva</b> .....	583
554.	Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	583
555.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	584
555-A.	Particularidades da insolvência do espólio.....	586
<b>§ 59.</b>	<b>Competência para a execução concursal</b> .....	588
556.	Competência.....	588
<b>§ 60.</b>	<b>Sentença declaratória de insolvência</b> .....	589
557.	Declaração judicial de insolvência.....	589
<b>§ 61.</b>	<b>Administração da massa</b> .....	591
558.	O administrador da massa.....	591
559.	Atribuições do administrador .....	592
<b>§ 62.</b>	<b>Concurso de credores</b> .....	593
560.	Verificação e classificação dos créditos .....	593
561.	Credores retardatários e credores sem título executivo .....	594
562.	Quadro geral de credores.....	595
	I – Quando não há impugnação de créditos .....	595
	II – Quando há impugnação de crédito .....	595

<b>§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo</b> .....	597
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	597
564. Encerramento e suspensão do processo.....	597
565. Saldo devedor .....	598
566. Extinção das obrigações.....	599
<b>§ 64. Disposições gerais</b> .....	602
567. Concordata civil .....	602
567-A. Lei do Superendividamento nas relações de consumo (Lei nº 14.181/2021).....	602
567-B. Superendividamento do consumidor e insolvência civil.....	604
567-C. Recuperação judicial do produtor rural, nos moldes da Lei nº 11.101/2005.....	605
567-D. Recuperação judicial e concomitância de execução singular.....	606
568. Pensão para o devedor no processo de insolvência.....	606
569. Insolvência de pessoas jurídicas.....	607
570. Editais .....	607

## Parte V

### Crises da Execução e Sistema Recursal

#### CAPÍTULO XXV

#### SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DOPROCESSO DE EXECUÇÃO

<b>§ 65. Vicissitudes do processo executivo</b> .....	611
571. Suspensão da execução.....	611
572. Casos de suspensão.....	612
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015 .....	613
I – Previsões do art. 313 .....	613
II – Previsão do art. 315 .....	614
III – Suspensão convencional.....	614
IV – Suspensão para parcelamento legal do débito.....	614
V – Suspensão por transação.....	614
574. Suspensão provocada por embargos .....	614
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis .....	615
575-A. Suspensão por não localização do executado.....	615
576. Suspensão e prescrição intercorrente .....	615
I – Execução por quantia certa.....	615
II – Nulidade do procedimento de decretação da prescrição intercorrente .....	618
III – Outras modalidades de execução.....	618
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	619
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	620
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados .....	620
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito.....	620
581. Efeitos da suspensão .....	621
582. Extinção da execução .....	621
583. Extinção por indeferimento da petição inicial.....	621
584. Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	622
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio .....	622
586. Extinção por renúncia .....	623
587. Extinção pela prescrição intercorrente.....	623

588.	Outros casos de extinção da execução .....	623
589.	Sentença de extinção .....	624
590.	Coisa julgada .....	625
<b>§ 66.</b>	<b>Recursos no processo de execução .....</b>	<b>628</b>
591.	O problema recursal na execução .....	628
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes .....	628
593.	Casos de cabimento da apelação .....	629
594.	Casos de agravo de instrumento .....	629
595.	Efeitos dos recursos .....	629
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	630
597.	Causas de alçada.....	630
598.	Recursos extraordinário e especial .....	630

**Parte VI**  
**O Processo nos Tribunais**

CAPÍTULO XXVI  
NOÇÕES GERAIS

<b>§ 67.</b>	<b>O processo nos tribunais.....</b>	<b>631</b>
599.	Duplo grau de jurisdição.....	631
600.	Competência dos tribunais.....	631
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	632
602.	Casos de competência originária dos tribunais .....	632
	I – Supremo Tribunal Federal.....	632
	II – Superior Tribunal de Justiça.....	633
	III – Tribunais Regionais Federais.....	633
	IV – Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.....	633
603.	Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015.....	634
604.	O funcionamento dos tribunais .....	635
605.	O sistema de julgamento dos tribunais.....	636
606.	A relevante função do relator .....	636
	I – Funções de natureza de gestão processual .....	636
	II – Funções de natureza decisória .....	637
	III – Ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou existência de questão apreciável de ofício pelo tribunal .....	638
	IV – Vícios sanáveis .....	638
	V – Necessidade de produção de prova .....	639
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	639
	I – Registro e distribuição .....	639
	II – Prevenção.....	639
	III – Relatório e voto do relator.....	639
	IV – Designação de dia para julgamento.....	640
	V – Ordem de julgamento .....	640
	VI – Sustentação oral.....	640
	VII – Sustentação oral nos incidentes de resolução de demandas repetitivas.....	641
	VIII – Julgamento do colegiado .....	642
	IX – Pedido de vista dos julgadores.....	642
	X – Retratação de voto .....	643

XI – Resultado do julgamento.....	643
XII – Relevância do voto vencido.....	643
XIII – Julgamento prolongado: decisão não unânime de apelação, de ação rescisória e de agravo de instrumento (substitutivo dos extintos embargos infringentes).....	644
XIV – Acórdão e publicação.....	646
XV – Documentação eletrônica do julgamento.....	647
XVI – Não publicação do acórdão no prazo de trinta dias.....	647
XVII – Julgamento por meio eletrônico.....	647
XVIII – Julgamento virtual, por disciplina regimental.....	648
<b>§ 68. Valorização da jurisprudência.....</b>	<b>650</b>
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	650
608-A. Presença marcante do sistema de precedente ao longo de todo o CPC/2015.....	652
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	654
609-A. Precedentes e princípios jurídicos.....	657
609-B. Pode-se pensar em predomínio atual do Judiciário?.....	659
610. Características do sistema sumular.....	660
611. A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência.....	661
I – Harmonização entre o CPC e a Constituição.....	661
II – O direito jurisdicional visto pela doutrina e jurisprudência.....	665
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa.....	667
I – Sistema de enfrentamento das causas repetitivas.....	667
II – Combate ao exercício abusivo ou predatório do direito de ação.....	668
612-A. Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	670
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes.....	671
613.1. Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante.....	675
613.2. Esvaziamento da Súmula Vinculante.....	677
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências..	678
614-A. Otimização do sistema de precedente.....	679
614-B. Identidade entre o precedente e a causa nova.....	681
614-C. Precedente e analogia.....	683
614-D. Técnica operacional do sistema de precedentes: identificação, distinção e superação...	684
I – Identificação.....	684
II – Distinção.....	685
III – Superação.....	686
IV – Procedimentos de superação do precedente.....	687
615. Publicidade e alteração da jurisprudência.....	688
615.1. Modulação da jurisprudência vinculante.....	689
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	690
616.1. A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015.....	692
617. Súmula jurisprudencial.....	694
618. Súmula vinculante.....	694
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	695
I – Destinatários.....	695
II – Objeto.....	696
III – Pressupostos.....	696
IV – Procedimento.....	696

V – Legitimação .....	697
VI – <i>Amicus curiae</i> .....	697
VII – Vigência.....	697
VIII – Processos pendentes .....	698
IX – Processo administrativo .....	698
X – Reclamação .....	698
<b>§ 69. Incidente de assunção de competência.....</b>	<b>699</b>
620. Conceito .....	699
620-A. Natureza jurídica.....	700
621. Pressupostos.....	700
622. Procedimento .....	700
I – Requisitos .....	700
II – Legitimidade.....	700
III – Fases do procedimento.....	701
IV – Julgamento do IAC.....	701
623. Efeitos da decisão .....	701
<b>§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....</b>	<b>703</b>
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro .....	703
625. Regulamentação legal.....	703
I – Ação de declaração de inconstitucionalidade (controle direto).....	703
II – Incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle indireto).....	704
626. O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais .....	704
627. Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	705
628. Iniciativa de arguição.....	705
629. Momento da arguição .....	705
630. Competência para apreciar o cabimento do incidente .....	706
631. O julgamento da arguição.....	706
<b>§ 71. Conflito de competência .....</b>	<b>709</b>
632. Conflito de competência.....	709
<b>§ 72. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória ..</b>	<b>711</b>
633. A eficácia da decisão estrangeira .....	711
634. O sistema nacional.....	711
635. A homologação da decisão estrangeira .....	712
636. Decisões estrangeiras homologáveis.....	712
I – Decisão judicial definitiva e decisão não judicial que teria natureza jurisdicional no Brasil .....	712
II – Decisão estrangeira para fins de execução fiscal .....	713
III – Decisão arbitral estrangeira .....	713
IV – Pendência de ação no Brasil .....	714
637. Decisões estrangeiras que dispensam homologação .....	714
638. Homologação parcial da decisão estrangeira .....	715
639. Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	715
639-A. Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	716
640. Natureza da decisão homologatória .....	717
640.1. Objeto do processo homologatório.....	718
640.2. Honorários advocatícios sucumbenciais.....	718

641.	O procedimento da homologação .....	719
	I – Requerimento .....	719
	II – Arquivamento do pedido.....	719
	III – Citação e defesa .....	719
	IV – Manifestação do Ministério Público Federal.....	720
	V – Competência para o julgamento.....	720
	VI – Recurso contra o julgamento.....	720
642.	A execução .....	720
643.	Pedidos de urgência .....	720
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira .....	721
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	721
645.	Execução de medida de urgência estrangeira .....	722
646.	Procedimento do <i>exequatur</i> .....	723
	I – Requisitos para o <i>exequatur</i> .....	723
	II – Competência .....	723
	III – Manifestação do Ministério Público Federal.....	723
	IV – Recurso contra decisão do Presidente.....	723
	V – Execução após o <i>exequatur</i> .....	723
§ 73.	<b>Ação rescisória</b> .....	724
647.	Conceito .....	724
648.	Pressupostos.....	726
	I – Decisão de mérito transitada em julgado .....	726
	II – Prazo decadencial .....	727
	III – Sentenças terminativas .....	727
	IV – Decisões interlocutórias de mérito .....	727
	V – Identificação das decisões de mérito.....	727
	VI – Trânsito em julgado .....	728
649.	Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	728
	I – Coisa julgada sobre questão principal e questão prejudicial.....	728
	II – Distinção entre os regimes da coisa julgada referente à questão principal e à questão incidental .....	729
649-A.	Sentença civil em contradição com sentença criminal .....	730
650.	Decisões terminativas rescindíveis .....	731
	I – Rescindibilidade excepcional de decisão que não resolveu o mérito.....	731
	II – Decisão terminativa que impede o reexame do mérito.....	732
651.	Rescisão parcial .....	733
652.	Casos de admissibilidade da rescisória .....	733
653.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	734
654.	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II) .....	735
655.	Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	735
656.	Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	736
657.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	737
658.	Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V) .....	739
	I – Sistema do antigo CPC.....	739
	II – Sistema do CPC/2015.....	739
	III – Inovação da Lei nº 13.256/2016.....	742
	IV – Rescisão da sentença no capítulo relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais.....	742

658-A. Natureza da norma violada.....	743
658-B. Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais .....	743
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência .....	744
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V) .....	745
660-A. Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF .....	748
660-B. Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF .....	748
660-C. Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ.....	748
661. Falsidade de prova (art. 966, VI).....	749
662. Prova nova (art. 966, VII) .....	750
662-A. Momento de produção da prova nova .....	752
663. Erro de fato (art. 966, VIII).....	752
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	753
664-A. Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória .....	754
664-B. Autocomposição e título executivo judicial.....	756
665. Atos sujeitos à ação anulatória .....	757
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória .....	758
667. Fundamentos da ação anulatória .....	758
668. Prazo para ajuizamento da ação.....	759
669. Natureza da ação .....	759
670. Sentença homologatória em processo contencioso.....	759
670-A. Anulação e rescisão de partilha.....	760
671. Legitimação .....	760
672. Legitimação do Ministério Público .....	762
673. Legitimação passiva .....	762
674. Citação tardia do litisconsorte necessário .....	763
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa .....	764
676. Caução .....	764
677. Competência.....	765
678. O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> .....	767
678-A. Valor da causa.....	768
678-B. Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida .....	769
679. Multa de 5% sobre o valor da causa.....	770
680. A execução da sentença rescindenda .....	771
681. Indeferimento da inicial.....	771
682. Procedimento .....	772
682-A. Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	774
683. Natureza e conteúdo da decisão .....	775
683-A. A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado.....	776
684. A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	776
685. Preservação de efeitos da sentença rescindida.....	779
686. Rescisória de rescisória .....	780
687. Prazo de propositura da ação rescisória.....	780
688. Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente .....	782
689. A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça .....	786
689-A. A interpretação constitucionalmente correta do art. 975 do CPC.....	788

690.	Contagem do prazo .....	788
	I – Vencimento em férias forenses, recesso, feriados ou dia em que não houver expediente .....	788
	II – Termo inicial diferenciado .....	788
	III – Casos problemáticos .....	789
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	790
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória .....	790
693.	Sentença nula de pleno direito .....	792
§ 74.	<b>Incidente de resolução de demandas repetitivas</b> .....	796
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	796
695.	Natureza jurídica do incidente .....	797
696.	Força de coisa julgada e força executiva.....	798
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	798
697.	Cabimento do incidente .....	799
698.	Objetivos do incidente .....	801
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência .....	802
700.	Legitimidade para a promoção do incidente .....	804
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau.....	804
702.	Desistência ou abandono do processo .....	805
703.	Participação do Ministério Público.....	805
704.	Competência .....	806
705.	Detalhes do procedimento .....	806
	I – Registro e autuação .....	806
	II – Publicidade .....	806
	III – Primeiras deliberações do relator.....	807
	IV – A incomum amplitude do contraditório.....	808
	V – Intervenções no incidente .....	809
	VI – Encerramento das diligências.....	810
	VII – Sessão de julgamento .....	810
	VIII – Acórdão .....	810
	IX – Prazo para o julgamento do incidente.....	810
	705.1. Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência .....	811
706.	Força vinculante da decisão do incidente .....	811
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção .....	812
	706.2. Identidade de questão e não de causa .....	813
707.	Publicidade especial .....	813
708.	Recursos .....	813
709.	Reclamação .....	815
710.	Revisão da tese firmada no incidente .....	816
§ 75.	<b>Reclamação</b> .....	818
711.	Histórico.....	818
712.	Natureza da reclamação .....	819
713.	Cabimento.....	819
	I – Casuísimo legal.....	819

	II – Abrangência da reclamação.....	820
	III – Inadmissibilidade da reclamação .....	821
	IV – Reclamação durante o cumprimento do acórdão.....	821
	V – Existência de outros remédios processuais .....	822
	VI – Reclamação em matéria de juízo de admissibilidade dos recursos ordinários.....	823
	VII – Reclamação contra inobservância de precedente obrigatório oriundo de resolução de casos repetitivos .....	823
714.	Legitimidade.....	824
715.	Procedimento .....	825
	I – Petição inicial.....	825
	II – Autuação e distribuição .....	825
	III – Atos do relator .....	825
	IV – Impugnação do pedido.....	825
	V – Participação do Ministério Público.....	826
	VI – Procedência da reclamação.....	826
	VII – Acórdão.....	826
	VIII – Honorários de advogado .....	826

## Parte VII

### Recursos

#### CAPÍTULO XXVII SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 76.	<b>Recursos</b> .....	827
716.	Conceito .....	827
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais .....	827
718.	Classificação dos recursos.....	829
	I – Quanto ao fim colimado pelo recorrente.....	829
	II – Quanto ao juízo que se encarrega do julgamento .....	829
	III – Quanto à extensão do reexame de um órgão sobre a matéria decidida por outro ....	830
	IV – Quanto aos motivos da impugnação .....	830
	V – Quanto à marcha do processo rumo à execução da decisão impugnada.....	831
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso .....	831
720.	Atos sujeitos a recurso .....	832
721.	Recursos admissíveis .....	833
	I – No primeiro grau de jurisdição (juízo de primeira instância), o CPC/2015 admite os seguintes recursos .....	833
	II – Quanto aos acórdãos dos tribunais, admite o atual Código os seguintes recursos.....	833
	III – Para as decisões de segundo grau, diferentes de acórdão, o atual Código prevê os seguintes recursos .....	833
722.	Reclamação .....	834
723.	Correição parcial.....	834
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	835
	724.1. Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade .....	836
	724.2. Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória...	836
	724.3. Julgamento ampliado em caso de embargos de declaração .....	837
§ 77.	<b>Princípios gerais dos recursos</b> .....	838
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	838

726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	839
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	839
728.	Princípio da taxatividade.....	842
729.	Princípio da singularidade.....	843
730.	Princípio da fungibilidade.....	844
731.	Princípio da dialeticidade.....	845
732.	Princípio da voluntariedade.....	846
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	847
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis.....	847
735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	848
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015.....	849
737.	Princípio da consumação.....	850
<b>§ 78.</b>	<b>Disposições gerais relativas aos recursos civis.....</b>	<b>852</b>
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	852
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos.....	853
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis.....	853
741.	Tempestividade do recurso.....	853
	I – Prazo para o réu ainda não citado.....	855
	II – Prazo para o réu revel.....	855
	III – Recurso remetido pelo correio.....	855
	IV – Comprovação de feriado local.....	855
	V – Vista dos autos para a interposição do recurso.....	857
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	858
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	859
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	861
745.	Legitimação para recorrer.....	862
	I – Generalidades.....	862
	II – Requisito da sucumbência.....	863
	III – Litisconsórcio unitário.....	863
	IV – Discordância da fundamentação do julgado.....	863
	V – Recurso do vencedor.....	863
	VI – Terceiro prejudicado.....	864
746.	Particularidades do recurso de terceiro.....	865
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	867
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente.....	868
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	868
750.	Singularidade do recurso.....	869
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos.....	869
752.	Preparo.....	869
	I – Preparo e deserção.....	869
	II – Inovações do CPC/2015 em relação à deserção.....	870
753.	Motivação e forma.....	871
753-A.	Recurso total e recurso parcial.....	873
	I – Recurso parcial.....	873
	II – Recurso parcial e efeito devolutivo.....	873

	III – Recurso parcial e efeito expansivo .....	873
	IV – Recurso contra decisão única com multiplicidade de fundamentos .....	874
754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos .....	875
	I – Fatos impeditivos .....	875
	II – Desistência do recurso .....	875
	III – Desistência dos recursos em tramitação no STJ e no STF .....	875
	IV – Renúncia do recurso .....	876
	V – Aspectos comuns da desistência e da renúncia .....	876
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença .....	876
756.	Recurso adesivo .....	877
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau .....	879
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator .....	881
<b>§ 79.</b>	<b>Efeitos da interposição do recurso</b> .....	<b>882</b>
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo .....	882
760.	Efeito substitutivo .....	882
761.	Efeito translativo .....	883
762.	Efeito expansivo .....	885
<b>§ 80.</b>	<b>A apelação</b> .....	<b>887</b>
763.	Conceito .....	887
764.	O CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença .....	887
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento .....	888
766.	Interposição da apelação .....	888
767.	Efeitos da apelação .....	890
	I – Efeito devolutivo .....	890
	II – Efeito suspensivo .....	893
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa .....	895
769.	Questão de fato e questão de direito .....	896
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013 .....	896
770-A.	Posição consolidada do STJ .....	898
771.	Prescrição e decadência .....	899
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo .....	899
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação .....	900
774.	Recebimento da apelação .....	901
	I – Pelo juiz de primeiro grau .....	901
	II – Pelo tribunal <i>ad quem</i> .....	901
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF .....	902
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator .....	903
777.	Deserção .....	903
778.	Prazo para interposição da apelação .....	904
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração .....	904
780.	Julgamento em segunda instância .....	905
	780.1. Julgamento com <i>quorum</i> ampliado .....	905
<b>§ 81.</b>	<b>Agravo de instrumento</b> .....	<b>908</b>
781.	Conceito .....	908

782.	Espécies de agravo .....	908
	I – Agravo de instrumento e agravo interno .....	908
	II – Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	909
	III – Casos de agravo interno .....	909
	IV – Síntese .....	909
783.	Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	909
783-A.	Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	911
784.	Agravo de instrumento .....	912
	784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento.....	915
	784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência .....	917
	784.3. O cabimento do agravo fora do rol taxativo da lei, segundo a teoria da “derrotabilidade” das normas jurídicas.....	917
785.	Prazo de interposição .....	920
786.	Formação do instrumento do agravo.....	920
	I – Conteúdo e instrução do recurso.....	920
	II – Meios para a interposição do agravo.....	921
	III – Vícios sanáveis ou ausência de peças obrigatórias no instrumento.....	922
787.	Efeitos do agravo de instrumento .....	922
788.	Processamento do agravo de instrumento.....	923
	I – Juntada de cópia do agravo no juízo de primeiro grau .....	923
	II – Atos do relator.....	923
789.	O contraditório.....	925
790.	Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i> .....	926
791.	Julgamento do recurso pelo colegiado .....	926
	I – Prazo para julgamento.....	926
	II – Intervenção do Ministério Público.....	927
	III – Sustentação oral.....	927
	IV – Ampliação de julgamento .....	927
792.	Encerramento do feito .....	927
793.	Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo .....	927
<b>§ 82.</b>	<b>Agravo interno .....</b>	<b>931</b>
794.	Conceito .....	931
795.	Procedimento .....	931
796.	Efeitos do agravo interno .....	932
797.	Sustentação oral.....	932
798.	Fungibilidade.....	933
<b>§ 83.</b>	<b>Embargos de declaração.....</b>	<b>935</b>
799.	Conceito e cabimento .....	935
800.	Pressupostos dos embargos de declaração.....	935
801.	Obscuridade no julgamento .....	936
802.	Contradição .....	937
803.	Omissão .....	938
804.	Hipóteses de omissão .....	940
805.	Erro material.....	940
806.	Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	942
807.	Procedimento .....	945
	I – Proposição dos embargos.....	945

	II – Julgamento .....	945
	III – Contraditório .....	946
808.	Prequestionamento .....	946
809.	Efeito interruptivo.....	947
810.	Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	948
811.	Efeito suspensivo especial.....	949
811-A.	Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	950
812.	Efeito integrativo .....	951
813.	Embargos manifestamente protelatórios .....	951
	I – Sanções aplicáveis aos embargos protelatórios.....	951
	II – Embargos de prequestionamento para recursos especial e extraordinário.....	952
	III – Aplicação da penalidade aos embargos protelatórios.....	952

CAPÍTULO XXVIII  
 RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
 E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<b>§ 84.</b>	<b>Recurso ordinário.....</b>	<b>956</b>
814.	Introito.....	956
815.	Recurso ordinário para o STF .....	957
	I – Cabimento .....	957
	II – Requisitos de admissibilidade .....	958
	III – Interposição .....	958
	IV – Julgamento do mérito .....	958
	V – Concessão de efeito suspensivo .....	958
	VI – Fungibilidade .....	959
816.	Recurso ordinário para o STJ.....	959
	I – Cabimento.....	959
	II – Requisitos de admissibilidade.....	959
	III – Interposição .....	960
	IV – Recurso adesivo.....	960
	V – Julgamento do mérito .....	961
	VI – Concessão de efeito suspensivo.....	961
<b>§ 85.</b>	<b>Recursos extraordinário e especial .....</b>	<b>963</b>
817.	Recurso extraordinário .....	963
818.	Pressupostos do recurso extraordinário .....	963
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário...	969
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	970
821.	Procedimento no STF.....	971
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral .....	972
	I – Sobre processos em curso em grau inferior de jurisdição .....	972
	II – Sobre outros recursos extraordinários em curso.....	973
	III – Efeitos sobre decisão transitada em julgado .....	974
	IV – Desistência do recurso após reconhecimento da repercussão geral.....	974
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF .....	975
823-A.	Inovações da Emenda Regimental 54/2020.....	976
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral .....	976
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral .....	977

	I – Sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma questão.....	977
	II – Recurso contra decisão de sobrestamento.....	977
	III – Recurso contra decisão de sobrestamento de recurso intempestivo.....	978
	IV – Julgamento do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.....	978
	V – Questões já resolvidas pela jurisprudência do STF.....	978
826.	Função do recurso extraordinário.....	979
827.	Efeitos do recurso extraordinário.....	979
	I – Efeito apenas devolutivo.....	979
	II – Tutela de urgência no recurso extraordinário para obtenção do efeito suspensivo....	980
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	981
	I – Interposição.....	981
	II – Contraditório.....	981
	III – Juízo de admissibilidade.....	982
	IV – Casos em que não ocorrerá o juízo de admissibilidade no tribunal recorrido, com a subida do feito ao tribunal superior.....	982
	V – Juízo de admissibilidade negativo no tribunal recorrido.....	982
	VI – Recursos manejáveis em face do juízo que inadmite o recurso extraordinário (ou o especial).....	983
	VII – A relevância da distinção feita pela lei entre “negativa de seguimento” e “inadmissão” dos recursos extraordinário e especial.....	983
	VIII – Outros poderes do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido.....	984
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	984
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	985
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa.....	985
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão.....	988
833.	Poderes do relator.....	990
834.	Recurso especial para o STJ.....	990
	I – Cabimento do recurso especial.....	990
	II – Elasticidade do conceito de questão de direito.....	992
	III – Casuísmo constitucional.....	993
	IV – Requisito básico.....	994
	V – Inovação no regime de admissibilidade do recurso especial instituída pela EC 125/2022: relevância das questões de direito federal.....	994
	VI – Caracterização da relevância da questão federal.....	995
	VII – Relevância e valor da causa.....	996
	VIII – Relevância a demonstrar e relevância presumida.....	996
	IX – Direito intertemporal.....	997
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988.....	998
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	999
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	1004
837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	1005
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	1006
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	1006
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	1007
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	1008
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	1009
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	1010
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	1010

<b>§ 86. Recursos especial e extraordinário repetitivos.....</b>	<b>1014</b>
843. Introdução.....	1014
844. Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1014
845. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem ...	1016
I – Iniciativa do procedimento.....	1016
II – Escolha dos recursos representativos.....	1016
III – Suspensão e retenção dos recursos que versem sobre causa idêntica .....	1016
IV – Decisão em torno da suspensão do processamento dos recursos extraordinário e especial, dentro do regime repetitivo. Recorribilidade .....	1017
V – Recurso contra a decisão de sobrestamento de recurso intempestivo .....	1018
VI – Não vinculação da Corte Superior aos recursos escolhidos pelo tribunal local.....	1018
846. Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais ....	1019
847. Desistência do recurso-padrão.....	1019
848. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF.....	1020
I – Decisão de afetação.....	1020
II – Não afetação dos recursos selecionados .....	1021
III – Prevenção do Ministro relator.....	1021
IV – Prazo para julgamento dos recursos afetados .....	1021
V – Existência de várias questões de direito nos recursos requisitados aos presidentes ou vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais .....	1022
VI – Ausência de identidade entre a questão afetada e a discutida no recurso especial ou extraordinário suspenso .....	1022
VII – Outros poderes do relator na Corte Superior .....	1023
VIII – Julgamento .....	1023
IX – Diversas possibilidades do julgamento dos recursos repetitivos .....	1024
X – Síntese esquemática das etapas do processamento e julgamento dos recursos repetitivos .....	1024
848.A. Procedimento regimental da tramitação do recurso especial repetitivo no STJ .....	1025
I – Competência.....	1025
II – Atribuições do Presidente do STJ e do Relator.....	1025
III – Deliberações do Relator.....	1026
IV – Julgamento dos repetitivos.....	1026
849. Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	1027
I – Recursos sobrestados no STJ ou STF.....	1027
II – Recursos sobrestados no tribunal de origem .....	1027
III – Ampliação do juízo de revisão no tribunal de origem .....	1028
IV – Processos sobrestados em primeira instância ou no tribunal de origem .....	1028
V – Questão atinente à prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização .....	1029
VI – Os recursos e os princípios da isonomia e da segurança jurídica.....	1029
849-A. Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1029
850. Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1029
<b>§ 87. Agravo em recurso especial e extraordinário .....</b>	<b>1032</b>
851. O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1032
852. Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem.....	1033
853. Interposição e contraditório .....	1033
854. Remessa à Corte Superior .....	1033

855.	Julgamento .....	1033
856.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1033
<b>§ 88.</b>	<b>Embargos de divergência no STF e no STJ</b> .....	<b>1036</b>
857.	Embargos de divergência no STF e no STJ .....	1036
	I – Cabimento.....	1036
	II – Prazo.....	1037
	III – Comprovação da divergência .....	1037
	IV – Decisão de inadmissão do recurso.....	1037
	V – Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário .....	1037
858.	Alguns problemas superados pelo CPC/2015.....	1038
859.	Procedimento no STJ.....	1039
860.	Procedimento no STF.....	1040
<b>§ 89.</b>	<b>O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores</b> .....	<b>1042</b>
861.	Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos.....	1042
	I – Fundamentos do Estado Democrático de Direito .....	1042
	II – Evolução do reconhecimento da força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	1043
862.	Ampliação da força vinculante da jurisprudência .....	1045
<b>§ 90.</b>	<b>Direito intertemporal em matéria de recursos</b> .....	<b>1046</b>
863.	Posição do atual Código de Processo Civil.....	1046
864.	Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos .....	1046
	I – Normas gerais .....	1046
	II – Observações particulares sobre o agravo de instrumento.....	1048
	III – Observações particulares sobre os embargos de declaração .....	1049
	IV – Instruções administrativas do STJ .....	1049
<b>§ 91.</b>	<b>Disposições finais e transitórias</b> .....	<b>1050</b>
865.	Direito intertemporal .....	1050
	I – Sistema adotado pelo CPC/2015.....	1050
	II – Recursos e processos de competência originária dos tribunais.....	1051
	III – Procedimentos recursais .....	1051
	IV – Honorários advocatícios sucumbenciais.....	1052
866.	Direito probatório .....	1052
867.	Procedimento comum como regra geral .....	1052
868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1053
869.	Execução contra devedor insolvente .....	1053
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1053
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1054
872.	Depósito judicial .....	1054
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1054
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis .....	1055
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral .....	1055
876.	Alteração do Código Civil .....	1056
877.	Conselho Nacional de Justiça.....	1056
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1056

879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião .....	1056
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião .....	1058
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis .....	1059
881.	Situação especial em relação ao Código Civil .....	1064
882.	Pré-eficácia do Código de Processo Civil de 2015 .....	1065
<b>Bibliografia</b> .....		1067
<b>Índice dos Fluxogramas</b> .....		1097